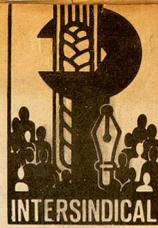


avante

Sexta-feira, 7 de Março de 1975

UNIDADE NA ACÇÃO
A FORÇA
DOS TRABALHADORES



INFLAÇÃO: UMA ARMA AO SERVIÇO DO CAPITAL

CGTP - INT
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
51376
Nº



OS TRABALHADORES E O DESPORTO

A TERÇA REUNIÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS EUROPEIAS COMUNICAÇÃO DO SECRETARIADO

ORGANIZADA pelo grupo de trabalhadores da administração do B.I.T. (Bureau International de Trabalho), realizou-se em Genebra (Suíça) de 28 de Fevereiro a 1 de Março, a 1.ª Reunião das Centrais Sindicais Europeias. Estiveram presentes à Inter-sindical portuguesa e mais 39 centrais sindicais de 27 países europeus. A presidência da Comissão Organizadora era constituída pelos dirigentes sindicais G. Muhr, da R.F. Alemã, P. Pimenov, da URSS, C.T.H. Plant, da Grã-Bretanha, o Sr. de Noutogua e J.A. Aguirre. Compareceram como observadores representantes da C.J.S.I., C.M.T., F.S.M. e C.E.S.

A Inter-sindical foi representada por Álvaro Rana e Antero Mariñas que apresentaram a comunicação que passamos a transcrever na íntegra:

Senhor presidente, Queridos camaradas, E com satisfação que a Inter-sindical portuguesa se encontra presente nesta Conferência das Centrais Sindicais Europeias, cuja importância no quadro do movimento sindical europeu não é demais salientar.

Saudámos fraternalmente todas as organizações sindicais aqui presentes e, camaradas, permiti que nos dirigimos particularmente aos companheiros espanhóis das C.C.OO. da U.G.T., da S.T.V. e da U.S.O., sujeitos ainda a uma dolorosa ditadura fascista, regime de terror de que, apesar de tudo, nos libertámos, mas cuja memória a raposa permanecerá gravada na consciência do Povo Português.

Daquei saudámos também os trabalhadores de todo o mundo, os explorados de todos os continentes e as suas legítimas organizações de classe. Muito especialmente envolvemos em caloroso abraço militante aqueles sobre quem se exerce a poderosa mas brutal ditadura dos Estados Unidos, os queridos irmãos chilenos, os militantes e dirigentes da C.U.T., cujo vice-presidente Eduardo Rojas, se encontra neste preciso momento em Portugal, participando em jornada de luta contra o imperialismo americano e interracional.

Os povos irmãos das antigas colónias portuguesas com as quais é a favor dos quais a descolonização se processou, reafirmamos toda a nossa solidariedade.

Enquanto legítima representante dos trabalhadores portugueses, a Inter-sindical, não poderia deixar de participar nos importantes trabalhos aqui se desenvolvem.

Pela primeira vez presentes numa conferência sindical de centrais europeias, lamentámos profundamente que a nossa participação se veja prejudicada pelo atraso especializado, pelo recebimento do convite, facto que, nos impediu, como bem compreenderão, de a preparar com a atenção merecida.

Proibidos durante quase meio século de debater livremente problemas de relevante interesse, os trabalhadores portugueses não abdicaram então nem abdicarão já mais de dar o seu contributo às discussões que, aos mais diversos níveis se processaram. Durante anos e anos poucos nos escutávamos; agora, nos libertamos e apressamos em declarações de amizade e de cooperação. Alguns, contudo, parecem desconhecer a vontade dos trabalhadores portugueses, insinuando-se nos seus problemas, com aberta violação de princípios internacionalmente aceites.

A posição da inter-sindical portuguesa é clara: respeita a independência do movimento sindical de cada país, quer contribuir para a coesão do movimento sindical mundial e defende o franco diálogo, lutando pela unidade face à exploração. E, assim, age exclusivamente em defesa das classes trabalhadoras.

Não privilegia nenhuma das Confederações Sindicais Mundiais, quer manter com todas elas relações de cordialidade, solidariedade e fraternidade, e permanece aberta a mútuas trocas de impressões sobre o movimento sindical português e internacional. Não permitirá contudo ingerências, dará combate às tentativas de divisão que pretendam lançar no nosso seio e denunciará quem contra os seus princípios agir.

Tais são os princípios emergentes da deliberação do plenário da Inter-sindical, que inequivocamente afirmou o seu propósito de não se filiar em qualquer das Confederações Sindicais mundiais. Comunicada oportunamente a todas elas, reafirmamos nesta conferência que queremos ver respeitada a nossa vontade.

Creemos que a agenda de trabalhos em análise interessa profundamente aos portugueses, os trabalhadores de todos os países de todo o mundo e, consequentemente, as suas organizações de classe. Identicamente, cremos que lhes interessará a análise de fenómenos como o imperialismo e o poder tentaculo das multinacionais, a desmontagem dos mecanismos do subdesenvolvimento e da erupção ou persistência de forças fascistas no mundo contemporâneo.

Se falamos deste modo, é porque suportamos ainda em Portugal a cruel herança do regime deposedo em 25 de Abril. Portugal, onde o subdesenvolvimento choca com o poder das multinacionais, onde a independência nacional luta com o imperialismo, onde a democracia nascente contende com as tentativas reacionárias de regresso ao passado.

Vivemos momento ímpar na nossa Pátria: a firmeza, honestidade e originalidade do processo de descolonização são disso prova; ilustra-o também a forma como decorre o processo de democratização e desenvolvimento. A unidade das forças democráticas a unidade do movimento libertador das forças Armadas, a unidade das classes trabalhadoras, a reciproca unidade popular e militar empenhada na edificação de uma sociedade democrática constituem tantas outras necessidades históricas que seria grave não preservar. Corolário lógico desta situação é, ao nível da organização sindical portuguesa, a sua feição unitária e independente do Governo, dos partidos políticos, do patronato e das igrejas.

À todas as organizações sindicais mundiais e nacionais damos apelo para que promovam, com profundo conhecimento e respeito correcto dos povos de todo o mundo sobre a jovem Democracia portuguesa que forças retrógradas, com eco em certos meios de informação mundiais, se apostam em denegrir.

Os trabalhadores portugueses estão empenhados na construção da Democracia, empenhados em barrar o caminho ao fascismo. Todos os primeiros passos são difíceis. Éramos pasto da ganância internacional: sobre a exploração da nossa mão-

de-obra e dos nossos recursos assentava a obtenção de lucros fabulosos por poderosos grupos económicos monopolistas e latifundiários aliados ao imperialismo internacional. Não se converteram em mansos cordeiros os lobos de ontem, muito embora os mais subitaneamente venham por novos figurinos, o seu poderio económico continuará a comprar bastante, nomeadamente certa imprensa internacional. Entre as suas armas, compreendem e sobotagem económica a tentativa de criar os casos; sobre as organizações dos trabalhadores assentam o seu arsenal.

Nada poderão, no entanto, se adiante de si continuarem a encontrar a sólida muralha da união dos trabalhadores portugueses, da sua estrutura sindical.

Ao nosso lado, estamos certos, estão os trabalhadores de todo o mundo e, consequentemente, todas as organizações sindicais que efectivamente os representam. Conscios se empenharão na informação imparcial, no combate ao alarmismo e a salvaguardar a nossa unidade e independência.

A Inter-sindical recebeu já de algumas Centrais Sindicais provas concretas de solidariedade e de apoio ao movimento sindical. Acantamos e acitaremos essa fraternal solidariedade internacional nos termos que assinalámos.

A tradição do movimento sindical português ilustra a sua feição unitária na luta contra o fascismo, contra a exploração.

Em 1970, como expressão organizada e unitária das massas trabalhadoras surgiu a Inter-sindical. Numa população activa de mais de três milhões e quinhentos mil trabalhadores através dos sindicatos que nela livremente se filiarão.

O seu reforço e implantação afirma-se cada vez mais. A linha de unidade e de cooperação assumida devidamente a expressão democrática no seio da Inter-sindical. A gestão democrática de todas as organizações sindicais é disso a garantia mais segura.

Dentro deste espírito, batemo-nos pela consagração na lei da proibição de que forças estranhas aos trabalhadores nos viessem dividir, ao mesmo tempo que nos batíamos pela expressão sindical. Acantamos e acitaremos essa fraternal solidariedade internacional nos termos que assinalámos.

A temática desta conferência, as comunicações e conclusões podem, neste momento, por não encardadas com realidade. Não estão criadas algumas condições para tentar levar à prática, mediante a acção sindical, o que daqui resultar.

Tal como já foi referido no início da nossa intervenção, a data tardia em que fomos informados da participação nesta conferência não nos permitiu a elaboração de um trabalho de acordo com a importância que este assunto se reveste. Contudo não poderíamos deixar de a abordar, dada a manifesta relevância de um assunto como o da saúde dos trabalhadores, sobretudo no caso português.

As condições de higiene e segurança no trabalho legados pelo Governo fascista, nomeadamente na indústria e na agricultura, são lamentáveis. As condições impostas eram de tal ordem que a saúde, integridade física e a vida dos trabalhadores, corriam um risco permanente.

Esta situação terá de ser compreendida no contexto do regime opressor, em que os investidores quer nacionais, quer estrangeiros, contando antecipadamente com a total complicidade do mesmo Governo actuaram impunemente de acordo com os seus exclusivos interesses, sem ter em conta os mais elementares direitos dos trabalhadores e os requisitos mínimos de higiene e segurança no trabalho.

Era assim que se verificava:

— A contaminação do ar ambiente por produtos tóxicos em concentrações excessivas, determinando uma apreciável taxa de morbidade e mortalidade, não surpreendendo também que se registasse um elevado número de doenças profissionais das quais se salientam a silicose e o saturnismo.

— Emprego indiscriminado de pesticidas que vitimaram por ignorância dos seus riscos muitos trabalhadores rurais.

— Ruídos ensurdecedores, designadamente na indústria metalúrgica e na têxtil, onde grande número de trabalhadores sofre de uma surdez avançada.

A má qualidade de iluminação e os violentos ritmos de trabalho impostos às trabalhadoras da indústria electrónica, originaram perturbações visuais irreversíveis em especial, nas que produziam matrizes para computadores.

O calor excessivo, como por exemplo na indústria vidreira onde se utiliza a técnica de fabrico por insuflação do vidro.

A deficiente e mesmo em muitos casos inexistentes protecção de máquinas, e de equipamento, que determinou uma taxa elevada de acidentes, muitos deles mortais.

Estes riscos eram consideravelmente avolumados, na indústria, pelo afluxo de um grande número de trabalhadores indelicadamente, oriundos dos meios rurais e das antigas colónias, para suprir a carência de mão-de-obra, provocada pela emigração excessivamente tardia para os quais não estavam devidamente preparados, ignorando os riscos a que estavam expostos e, não conhecendo os cuidados a tomar para se protegerem.

Agravou ainda esta situação, a deficiente assistência médica prestada às classes trabalhadoras.

Se algumas empresas industriais e comerciais existissem serviços de medicina do trabalho, o que em caso algum existia na agricultura, na esmagadora maioria dos casos, tais serviços pela inexistência de estruturas locais, não funcionavam, limitando-se à prática uma política que defendia exclusivamente o patronato.

Tal como os serviços de medicina do trabalho, as comissões de segurança, criadas em algumas empresas, ou não funcionam,

ou intervinham de forma a não pôr em causa os interesses dos empresários.

Pesada é a tarefa que agora terá de ser empreendida de forma a criarem-se o mais rapidamente possível, condições de trabalho, que não só, não prejudicando a saúde dos trabalhadores mas, que sejam também as mais adequadas à fisiologia e psicologia humanas.

Para alcançarmos estes objectivos, estão já em curso algumas medidas que se consideram prioritárias e que foi possível pôr de imediato em prática:

— Eleger comissões de trabalhadores, que tomem posição para que sejam aplicadas as melhores condições de higiene e segurança.

— Criar mecanismos de fiscalização dos locais de trabalho que assegurem a melhoria das condições de higiene e segurança.

— Participação dos trabalhadores na elaboração de normas e regulamentos e na gestão dos organismos que para o efeito se venham a criar.

— Assegurar assistência médica a todos os trabalhadores e procurar integrar a medicina do trabalho no Serviço Nacional de Saúde.

— Como forma de garantir que efectivamente se prosiga na construção de melhores condições de trabalho, entende a Inter-sindical dever defender a promulgação das seguintes medidas:

— Proibir o emprego de produtos, técnicos e processos novos, sem prévio conhecimento do seu grau de perigosidade.

— Obrigatoriedade de nas embalagens de todos os produtos, vir indicadas a sua composição química e as medidas de precaução a tomar na sua utilização.

— Rever os critérios de fixação das concentrações limites admissíveis para os tóxicos industriais.

— Fixar as condições de utilização e as formas correctas de aplicar os pesticidas.

— Proibir a importação e a venda de máquinas que não estejam devidamente equipadas, com os meios mais adequados de protecção, contra acidentes.

— Fixar um limite máximo para o ruído produzido, pelas máquinas importadas ou vendidas.

— Estabelecer normas de carácter obrigatório para todo o material de protecção individual.

— Promover junto dos trabalhadores amplas campanhas de esclarecimento quanto aos cuidados a ter nas operações e processos nocivos à saúde e na utilização racional de todo o equipamento.

Fazendo Portugal parte do número de países em vias de desenvolvimento, necessita para concretizar muitas das medidas apontadas da cooperação internacional.

Advoга a Inter-sindical como medidas urgentes a tomar neste sentido: Elaboração de acordos multilaterais que fixem as formas mais adequadas de protecção da maquinaria e da etiquetagem dos produtos químicos.

A troca de experiências, através da realização de seminários e conferências por ramos de actividade, indústrias ou sectores.

A criação de um centro de recolha de toda a informação referente à higiene e segurança no trabalho que deveria ser colocada à disposição de todas as organizações de classe.

A Conferência das Centrais Sindicais Europeias, sobre a melhoria das condições de trabalho e Protecção à saúde permite este encontro tão positivo.

É importante que, periodicamente, a este nível, a nível de outros continentes, a nível intercontinental e mundial, a nível de sindicatos representativos dos mesmos sectores de federação e de todas as organizações afins, estes contactos se multipliquem.

A utilidade das trocas multilaterais de experiências, a necessidade de acção concertada e de decisão em torno dos problemas concretos que afectam as populações trabalhadoras apontam decididamente neste sentido.

Seber encontrar as formas adequadas para a sua consecução, a tarefa de que não nos podemos demitir sob pena de traírcor os interesses de que somos mandatários.

ata

BOLETIM DE ASSINATURA

NOME _____
 PROFISSÃO _____
 MORADA _____
 LOCAL DE COBRANÇA _____

MODALIDADE 1 ANO/6 MESES (a)
 (a) ... riscar o que não interessa

S
L

QUANDO

estes orga-
 bem orga-
 qualquer
 de o capít-
 cer... os
 no Bom, o
 la de Sant
 elementos
 representa
 catos d
 agrícolas
 cou a List
 sentar...
 aprovação
 do Trabal
 problemas
 debatem a
 operários
 bre a sua
 exploração
 gem... oc
 grandes s
 debatem a
 operários
 bre a sua
 exploração
 gem... oc
 grandes s
 debatem a
 operários
 bre a sua
 exploração
 gem... oc
 grandes s

(por Seto
 António Vi
) por Ant
 (a) Port

Os operári
 por form a
 tegida... a
 afirna
 Vicente
 Abril vira
 se organiza
 quanto ant
 dos os traba
 podiam defe
 tos.

A Inter-sin
 organizações
 Jerónimo Bo
 loso apolo
 dos novos s
 tarém, por ex
 manas, th
 o 25 de Abr

ESTAVA A
 BOLA...

HOMEN
 UN BOG

A terra para quem a trabalha!

SINDICATOS AGRÍCOLAS LUTAM PELA REFORMA AGRÁRIA

QUANDO os trabalhadores estão unidos e bem organizados, não há qualquer possibilidade de o capitalismo os vencer — disse-nos Jerônimo Bom, operário agrícola de Santarém, um dos elementos da comissão representativa de sindicatos de operários agrícolas que se deslocou a Lisboa para apresentar os estatutos à aprovação do Ministério do Trabalho. Sobre os problemas com que se debatem actualmente os operários agrícolas, sobre a sua luta contra a exploração e a sabotagem económica dos grandes latifundiários, sobre os seus sindicatos nascentes, falaram ao nosso jornal alguns dos membros dessa comissão. Além de Jerônimo Bom (por Santarém), estiveram presentes os camaradas Valério António (por Setúbal), Manuel António Vicente (por Évora) e António Serrano (por Portalegre).

Os operários agrícolas sempre foram a classe menos protegida — afirmou-nos o camarada Vicente. Com o 25 de Abril viram a necessidade de se organizarem em sindicatos quanto antes, pois só organizados os trabalhadores agrícolas podiam defender os seus direitos.

A Inter sindical e algumas organizações políticas — referiu Jerônimo Bom — deram um valioso apoio para a formação dos novos sindicatos. Em Santarém, por exemplo, poucas semanas tinham passado sobre o 25 de Abril e já mais de mil

trabalhadores agrícolas discutiram e criavam as bases da futura organização sindical. Nesse momento, nos distritos de Santarém, Setúbal, Portalegre e Évora, os sindicatos de operários agrícolas já estão organizados, implantados a nível de comissões concelhias e comissões de freguesia, têm direcções eletivas, etc. A nossa vinda a Lisboa, para entregar os estatutos no Ministério do Trabalho, tem em vista passar de uma situação de facto a uma situação legal.

Um dos camaradas presentes precisou: A legalização vai-nos permitir uma actuação ainda mais eficiente junto dos latifundiários, que agora alegam que os sindicatos não são legais e por isso não poderiam actuar, importa denunciar as manobras reaccionárias que visam enfraquecer a unidade dos trabalhadores e as suas organizações sindicais. No concelho da Chamusca, por exemplo, a A. L. A. (organização reaccionária que agrupa os grandes latifundiários) pretendia que o presidente da Câmara lhe atribuísse a ela a distribuição de trabalho aos operários agrícolas, tentando assim minhar o prestígio do sindicato. Junto à fêria, a A. L. A. fazia entregar aos trabalhadores uma carta onde dizia defender os trabalhadores, dar-lhes trabalho, ao mesmo tempo que acusava o sindicato das dificuldades com que eles se debatiam. O mesmo se passou em Elvas e noutras regiões.

Nas suas manobras divisionistas continuou — a A. L. A. tem tentado pôr a Liga dos Pequenos Agricultores contra o sindicato e contra os operários agrícolas. Mas os pequenos agricultores são quase todos trabalhadores como nós. Eles trabalham ao nosso lado e a maior parte dos seus problemas são idênticos aos nossos. Por isso, têm sido infrutíferos os esforços da A. L. A. para rebocar a Liga e pô-la contra o processo revolucionário. Pelo contrário: cada vez existe

maior colaboração entre o Sindicato e a Liga contra o inimigo comum — os exploradores capitalistas e latifundiários.

A OFENSIVA DA REACÇÃO

Os nossos camaradas representantes das direcções sindicais dos operários agrícolas quiseram chamar a atenção ainda para mais alguns aspectos reveladores da ofensiva da reacção, no sector da agricultura. A reacção lanca os trabalhadores no desemprego, deixa as terras por cultivar, procura convencer o povo de que as coisas estão cada vez pior desde o 25 de Abril — afirmou-nos o representante de Portalegre. A agricultura está mal explorada — prosseguiu, sempre avelas em alqueves de trigo e pastagens também em terras de trigo, e até em terras de regadio, onde seria muito mais rentável para a economia planificada que se refere ao gado. Os proprietários não querem ordenhar as ovelhas, para as deixarem secar. Assim faltarão o queijo e o leite de ovelha. Depois há os despedimentos, continuou. Na Glória, concelho de Salvaterra, deixaram de dar trabalho a cerca de 350 trabalhadores. Estes operários agrícolas trabalhavam em Vila Franca, Cadaval e noutras localidades. Vinham de 15 em 15 dias a casa. A partir de certa altura os patrões decidiram não os mandar buscar de auto-

carros, como era costume. Estão há sete semanas sem trabalho, na pior das misérias. Isto é uma manobra para criar descontentamento entre a população. Já fizemos um relatório para o Ministério do Trabalho sobre esta situação. Na Azerve, despediram 23 mulheres. Elas mantiveram-se 4 semanas a trabalhar sem salário. Ao fim desse tempo, todos os trabalhadores se solidarizaram com elas, recusando-se a receber o salário e concentrando-se junto à administração para lhe dirigir um ultimato: os pagavam a todos (incluindo os salários atrasados) ou ninguém saía dali.

CONTRA OS DESPEDIMENTOS

Os trabalhadores agrícolas têm sabido tomar nas suas mãos a resolução dos problemas mais imediatos, sem esperar a espera de decisões governamentais. Nós dizemos não aos despedimentos. Os nossos sindicatos agrícolas dizem aos trabalhadores que não abandonem os seus postos de trabalho. Que continuem a trabalhar, mesmo quando o proprietário os despeça. Que ocupem postos de trabalho em terras por cultivar. Que não deixem sair nada das quintas. Mesmo sem salários continuamos a trabalhar. E temos obrigado o patrão e o fascismo a recuar. Fa-



zemos plenários em frente das propriedades e acabamos por impôr aos patrões a manutenção de todos os trabalhos e o pagamento dos salários atrasados. Graças aos esforços dos sindicatos à sua força efectiva, radicada na unidade dos trabalhadores, ainda não houve fascista ou capitalista nenhum que não tivesse cedido. E se eles não cederem, os trabalhadores têm força bastante para se pagarem através dos produtos da terra, se necessário esperando pelas colheitas.

Os trabalhadores, além de denunciarem todas estas formas de sabotagem económica, para que o Governo adopte as necessárias medidas, tomaram também nas suas mãos acções efectivas contra a sabotagem, impedindo que ela se concretizasse. Ainda recentemente em Vendas Novas, referiu um dos dirigentes sindicais, houve um grande proprietário que pretendia plantar eucalipto numa terra considerada boa para milho. Os trabalhadores não consentiram em mais este atentado contra o desenvolvimento da nossa agricultura. Mas, claro, a solução dos problemas de fundo e o Governo é chamado a actuar energeticamente neste campo. Dissaram-nos os trabalhadores agrícolas: Para acabar com a sabotagem económica, o absentismo, o parasitismo, etc., só há uma solução: uma reforma agrária que entregue a terra a quem a trabalha. Quanto a nós, a reforma agrária deverá começar por uma intervenção do Estado, com o apoio e vigilância dos trabalhadores de forma a pôr as terras a produzir convenientemente e manter o pleno emprego. Só depois desta fase se poderia pensar então nas formas de distribuição das terras. Os critérios a utilizar têm de ser cuidadosamente estudados, pois a subversão de alguns agrários por mais alguns outros só serviria para atrasar o processo revolucionário.

ESTAVA AQUI A PASSAR OS OLHOS PELO JORNAL...

E REPARO QUE OS PARTIDOS DA ESQUERDA...

APRESENTAM, COMO CANDIDATOS, GENTE MUITO CONHECIDA...

ENQUANTO QUE OS Nossos PARTIDOS APRESENTAM MUITA GENTE QUE NINGUÉM CONHECE

NÓS APRESENTAMOS CANDIDATOS POUCO CONHECIDOS...

PRECISAMENTE PARA NÃO APRESENTAR AQUELES...

QUE MÃS TUDO A GENTE CONHECE... DE GINJEIRA...

HOMEM, PENSAS UM BÓCADO...

O JOR

13

os interesses
 compreensão de
 condições de
 trabalhadores
 política e psicoló-
 em curso algu-
 foi possível
 homem posição
 de higiene
 is de trabalho
 giene e segu-
 ção de normas
 para o efeito
 trabalhadores
 serviço Nacional
 se prossegue na
 entende a inter-
 nantes medidas
 e processos
 erigidos.
 os os produtos,
 dades de precau-
 rações limites
 mas correctas
 uínas que não
 são adequados
 produzido, pela
 ório para todo
 las campanhas
 nas operações
 cional de todo
 as em vias de
 das medidas
 entes a tomar
 perantes que fixem
 raquinária e da
 de seminações
 ou riscos.
 a informação
 em classe.
 peias, sobre a
 ção à saúde

o nível, a nível
 mundial, a nível
 e de federações
 tos se multiplica-
 encias, a neces-
 em torno dos
 das trabalhadoras
 a sua consecus-
 r sob pena de
 s.

1/6 MESES (a)
 o interessa

Rádio renascença:

A LUTA CONTINUA (APESAR DAS DIFICULDADES)

EOS TRABALHADORES MANTÊM-SE UNIDOS

Os trabalhadores da Rádio Renascença entram hoje no seu 16.º dia de greve sem depararem com uma posição «diálogo» por parte da sua entidade patronal.

Entretanto, já nesta semana foi distribuído o seguinte comunicado dos trabalhadores da Rádio Renascença:

«No seu último comunicado, de 28 de Fevereiro, pretendem os trabalhadores da Rádio Renascença empenhar, pública e solenemente, uma vez mais, a sua palavra, dando tomas as garantias de que lutam pela sua Rádio Renascença. Emissora Católica, fiel aos princípios da doutrina da Igreja Católica, formulada pelo seu magistério, tal como já tinha sido afirmado no protocolo de Maio de 74 e nas bases organizativas propostas pelos trabalhadores, em Setembro de 74 e rejeitadas pelo conselho de gerência.

«Porém, a gerência não se dignou considerar mais este público compromisso no qual se demonstra neta e inequivocamente existir um conflito ideológico dentro da Rádio Renascença. E não se trata de falta de argumentação concreta, a gerência acusa «forças ocultas» (sem explicitar quais) de manipulação do caso. O R. R. define o conflito em duas questões de fundo:

1. — Se a Igreja Católica tem ou não o direito de possuir uma emissora própria;

2. — Em caso afirmativo, se pertence à Igreja escolher quem quiser para nela trabalhar.

«No entanto, ao formular

deste modo estas duas questões, não está a gerência a pôr o problema de um conflito de objecto ideológico: o reconhecimento do direito a uma emissora católica é um problema político — e isto em qualquer parte do mundo. Ou seja, em despeço de causa, pretensão de membros do clero e episcopado a quem o conflito da Rádio Renascença tem sido apresentado de forma parcelar

«Alertamos, por isso, todos os órgãos de defesa dos trabalhadores; movimentos e grupos católicos que tanto nos têm apoiado; membros do clero e episcopado a quem o conflito da Rádio Renascença tem sido apresentado de forma parcelar

«Mas uma vez, movidos pelo desejo que sempre afirmamos ser o seu, de honestamente servirem no campo da actividade «radiofónica», reafirmamos a nossa insistência na presença de conflito de natureza ideológica.

«Porque que a entidade patronal insiste em transformar este conflito de trabalho num conflito ideológico, a sua dispendiosa reafirmação com a maior clareza que consta nas suas bases organizativas, a sua dispendiosa reafirmação em dar à Igreja Católica as garantias de natureza ideológica consideradas necessárias e legítimas da forma que em conjunto se acordar. Entendemos, assim, que regressar à actividade normal satisfizes que forem os pontos prévios da declaração de greve, a saber:

«a) Anulação dos despedimentos decididos desde Setembro de 1974;

«b) Reconhecimento das comissões coordenadoras de trabalhadores eleitas em assembleia geral como únicas e legítimas representantes dos trabalhadores.

«Em concreto:

REAFIRMAÇÃO DE OBJECTIVOS

Por outro lado, no fim da semana passada, respondendo e desmistificando afirmações confusivas e divisionistas do conselho de gerência da R. R., os trabalhadores já tinham difundido outro comunicado — a que atrás, aliás, se faz referência — em que reafirmamos os objectivos da sua luta:

«Reafirmando que um órgão de comunicação social como a Emissora Católica Portuguesa Rádio Renascença, deve estar decididamente ao serviço dos pobres e dos explorados, os trabalhadores em greve da Rádio Renascença dão-se conta da enorme repressão que no País está a ter a sua luta dando o carácter específico do seu campo de actividade, as relações que ele tem com a missão da Igreja e a fácil instrumentalização a que por isso mesmo se vê prestada. Nunca foi seu objectivo hostilizar a Igreja Católica nem desqualificar a sua doutrina, mas sim estar na origem ou de qualquer modo relacionados, com divisões graves no seio da comunidade cristã ou nacional.

«Mas uma vez, movidos pelo desejo que sempre afirmamos ser o seu, de honestamente servirem no campo da actividade «radiofónica», reafirmamos a nossa insistência na presença de conflito de natureza ideológica.

«Porque que a entidade patronal insiste em transformar este conflito de trabalho num conflito ideológico, a sua dispendiosa reafirmação com a maior clareza que consta nas suas bases organizativas, a sua dispendiosa reafirmação em dar à Igreja Católica as garantias de natureza ideológica consideradas necessárias e legítimas da forma que em conjunto se acordar. Entendemos, assim, que regressar à actividade normal satisfizes que forem os pontos prévios da declaração de greve, a saber:

«a) Anulação dos despedimentos decididos desde Setembro de 1974;

«b) Reconhecimento das comissões coordenadoras de trabalhadores eleitas em assembleia geral como únicas e legítimas representantes dos trabalhadores.

«Em concreto:

«1.º — Constituição imediata de um grupo de trabalho que estudasse para os vários tipos de programas a solução mais adequada — 4 representantes dos trabalhadores de Lisboa e Porto, eleitos em assembleia geral, representantes da entidade patronal até 4, 2 peritos na Doutrina da Igreja (1 nomeado pela entidade patronal e outro nomeado pelos trabalhadores), e um representante do Ministério da Comunicação Social.

«2.º — Contemporaneamente, mas a mais longo prazo, redefinição dos estatutos e modo de actuação de uma Emissora Católica no nosso País. A redefinição seria feita pelo mesmo grupo de trabalho referido no ponto 1.º, a partir das bases orgânicas dos trabalhadores e uma proposta da entidade patronal. Este grupo procederá previamente a uma audição a movimentos leigos cristãos e a diversas comunidades cristãs, bem como a outras pessoas competentes, em matéria de Comunicação Social.

EX-ADMINISTRADOR COMANDANTE DA L.P.

Ainda durante o fim-de-semana passada pôde-se confirmar a Comissão de Extinção da PIDE/DGS e L.P. que, efectivamente, monstros dr. Seixalando Rosa, secretário da Conferência Episcopal Portuguesa, e, até 30 de Abril de 1974, administrador da Emissora Católica Rádio Renascença, pertence à Legião Portuguesa, tendo em 1963 sido condecorado com uma medalha de prata, por «bons serviços prestados à mesma organização fascista. Ainda segundo a referida Comissão, há referências de que em 1965 monstros da Emissora Rosa continuava a pertencer à Legião Portuguesa, onde ocupou o cargo de comandante de lança equiparada.

A vitória continua a estar ao alcance dos trabalhadores do R.R., e ainda à justiça dos seus objectivos de luta, à solidariedade de todos os trabalhadores (católicos ou não) e forças democráticas progressistas (em particular os católicos), e, ainda, à sua própria unidade e combatividade — bem demonstradas no decorrer da sua luta.

Plenário em Coimbra: O HORÁRIO DE TRABALHO E UM DOS PONTOS EM DEBATE

Com uma agenda sobrecarregada e de grande interesse reune-se neste fim-de-semana, em Coimbra, o plenário da INTER.

«O plano económico, cuja discussão se insere no ponto 5.º, sem dúvida, um dos temas mais importantes em debate» — disse-nos, a propósito desta reunião, o metalúrgico Raul Manquinho, membro do Secretariado da INTER. «Não significa isto que não haja outros pontos de grande interesse. Alguns deles (vão certamente merecer análise detalhada, como por exemplo o horário de trabalho nacional).

«Quanto à lei sindical, Raul Manquinho esclarece-nos que não se sabe quando será publicada, e há que prevenir, desde já, a hipótese «demasiada burocratização das sociedades legais».

«Um outro ponto da agenda, esclareceu Manquinho, refere-se à elaboração dum estatuto que poderá servir de base à futura dos estatutos dos sindicatos que porventura a ele queiram recorrer.

«O plenário debaterá igualmente as comemorações do 1.º de Maio: serão organizadas a nível de cidade-sede de Unidades? Decorarão em todas as localidades do País? Ou que desde já se po-

derá afirmar «e que a maior concentração será feita em Lisboa».

Finalmente perguntámos a Raul Manquinho quais os problemas relacionados com o nosso jornal e o nosso programa radiofónico que iriam ser debatidos. Respondeu-nos que «o plano poderá surgir através de uma para o nosso jornal e para o nosso programa radiofónico».

«Um ponto 0 e 7 pontos constituem a agenda do importante plenário da INTER, que este fim-de-semana vai reunir-se em Coimbra. É a seguinte a ordem dos trabalhos:

Ponto 0 — Adesões de novos sindicatos;

Ponto 1 — Processo dos químicos;

Ponto 2 — Informações: a) Fundos; b) F.N.A.T.; c) Hino; d) Comissões corporativas; e) Comissões parciais; f) Serviço cívico; g) Congresso Nacional de Saúde; h) Relações internacionais;

Ponto 3 — «Alavanca»; i) Jornal; j) Programa de rádio;

Ponto 4 — Lei sindical e tarefas imediatas;

Ponto 5 — Plano económico e horário nacional;

Ponto 6 — Estatutos;

Ponto 7 — Comemorações do 1.º de Maio.

SOLIDARIEDADE COM OS RURAIS ALENTEJANOS

«ATE ao dia 25 dos meses passados a INTER recebeu 68583\$00 destinados aos trabalhadores rurais do Alentejo. Perante a grave crise que afecta milhares de famílias alentejanas, em virtude do desemprego que a subatragem económica das grandes áreas está a fazer agravar nesta província

— que o fascismo apelidava de «celeiro de Portugal» — a INTER decidiu fazer um apelo a todos os portugueses para enviarem donativos destinados aos trabalhadores rurais alentejanos.

Eis a lista dos donativos recebidos até ao referido dia:

Emp. do Sind. Emp. Serviços Administrativos Mar. Merc.	37080
Trab. Armando e Portela, Ld	67340
Maria Lurdes Guerreiro Silva	10000
Maria Isabel Rosa Teixeira	25000
Julia Margarida Roque	50000
António Amaro Silva	50000
Um bancário	10000
Joaquim Viegas dos Santos	50000
Américo Costa Pereira	10000
Maria Eugénia Varela Gomes	10000
Maria Carmo Gomes Teixeira	20000
António Fogueira	50000
Alisa Fontes Machado	20000
Alisa Fontes Francisco	10000
Manuel Costa	10000
A. M.	10000
Maria Aguiar	10000
Um bancário	20000
A. Z. N.	10000
Luis António Crispim	10000
José Luis Crispim	20000
Soc. Farm. União Capricho Olivalese	20000
Anónima de Moscaide	20000

TRABALHADORES EM LUTA

«E tendências; enfim, todos os homens e organizações de boa vontade, alertamos, repetimos, por o facto de a escalada lançada pela gerência — de transformação de um conflito de trabalho em conflito ideológico, e deste, em problema político — poder levar a consequências imprevisíveis, cuja responsabilidade recaia desde logo sobre o conselho de gerência da Rádio Renascença. Mais do que nunca se torna imperiosa, sobretudo aos católicos e desaos ao clero em particular a necessidade da procura de uma informação objectiva que permita ver para além das deturpações da gerência, no sentido de se ultrapassar uma crise que os trabalhadores não queremos e que certos sectores parecem emprenhados em agudizar. Seja qual for o resultado do conflito existente, não permitirão os trabalhadores de Rádio Renascença que ele seja contra as classes trabalhadoras e o processo democrático em curso.»

ABATALHA CONTRA O DESEMPREGO

«Os despedimentos são uma arma do patronato a única forma de impedir que o direito ao trabalho seja negado é a resposta organizada dos trabalhadores. Esse contacto ficou bem patente numa reunião de trabalhadores do Sindicato de Viana do Castelo do Porto, na qual respectiva direcção e que teve por fim analisar a actual situação do sector, das negociações do Contrato Colectivo de Trabalho à luta contra o desemprego.

«Uma grande vitória foi já conseguida nas negociações do contrato: não haverá despedimentos na fase de negociação e só para conseguir esse ponto, os dirigentes sindicais estiveram 12 horas em conversações com os patrões. Na reunião de esclarecimento do Sindicato, os dirigentes apresentaram ficha para os desempregados, a fim de as utilizar no processo de despesa que será de 2200500 mensais.

«Durante a reunião, em que foram apresentados os casos de desenfreada exploração a que se encontram sujeitos muitos trabalhadores do sector (casos de quem trabalha 24 horas seguidas), ficou bem esclarecido que o avanço do processo democrático não implicaria o aumento dos despedimentos e que os trabalhadores devem sempre saber distinguir o inimigo comum: o patronato.

Porto: invadido o Ministério do Trabalho QUEM ESTÁ INTERESSADO EM CERTAS DESTRUÍÇÕES?

«Numerosos autos levantados pela Delegação do Ministério do Trabalho do Porto contra patrões que não pagavam salários e exerciam várias sortes de ilegalidades sobre trabalhadores, foram alvo de roubo ou destruídos durante a invasão das instalações, que se seguiu a uma convocatória de uma comissão anónima de trabalhadores da construção civil.

«Uma pergunta salta logo: quem está interessado em destruir processos que visam defender interesses dos trabalhadores? São os trabalhadores? Não parece ser assim, de facto, pois na mesma convocatória os operários da construção civil manifestaram o seu apoio ao Ministério do Tra-

balho e, o que é muito importante, os patrões não entraram na sede da delegação. Se invadessem e depressassem o Grémio, o que não seria forma de luta adequada, talvez esse facto fosse explicável pela exaltação do momento. Mas, não as organizações visavam a decorrer. E em Lisboa!

«É claro que o patronato logo se encontra ligado aos problemas que os patrões levantam. E com certeza não são os operários dos trabalhadores os interessados em destruir processos movidos contra patrões. A reacção está incluída com o avanço do processo democrático. Só a vigilância dos trabalhadores poderá impedir que manobras desse calibre venham a repetir-se.

«Perante provocações deste género, os trabalhadores indagam-se quem estará por detrás de tais manobras. Sendo patrões, serão certos grupos políticos interessados em torpedear a luta dos trabalhadores? Curiosamente, não aconteceu com o Ministério da Economia, que mais directamente se encontra ligado aos problemas que os patrões levantam. E com certeza não são os operários dos trabalhadores os interessados em destruir processos movidos contra patrões. A reacção está incluída com o avanço do processo democrático. Só a vigilância dos trabalhadores poderá impedir que manobras desse calibre venham a repetir-se.



Pierre Mendes-france, que se deslocou a Portugal a convite de alguns elementos e Governo Provisório, discutindo, conferenciando com alguns membros do Secretariado durante cerca de duas horas. Acompanha o antigo primeiro-ministro da ditadura do Trabalho, capitão Costa Martins



74, os preços
de Lisboa,
de 74, au-
penas 7 por
salientar que
este neste úti-
que se regis-
de subida de
mercado inter-
da a ele-
ções do pe-
o assom com-
duzir a taxa
de preços
al. Claro que
mas foi conti-
e certos lími-
estes núme-
rismos direc-
realidades
do sistema de
preços é mu-
), não há
em relação
melhorou-se

De resto estamos empenhados num controlo efectivo das empresas e na redução drástica dos seus lucros, para o que tem sido útil a actuação da Comissão Consultiva de Preços onde têm assente representantes das empresas e dos trabalhadores, nomeadamente, a Interindustrial.

No caso do açúcar a Interindustrial não esteve presente porque, a decisão não foi por nós informada, saiu directamente do Conselho de Ministros.

Aproveito a oportunidade para frisar o papel importante que as comissões de trabalhadores e a Interindustrial têm desempenhado no controlo dos preços, pois, os

trabalhadores fornecem-nos muitas vezes informações valiosas sobre o que se passa nas suas empresas, que nos ajudam a obstar a pretensões exageradas de lucros.

Mais à frente o dr. Miranda Ferreira chamou a atenção para o seguinte facto: Muita gente tem a ideia de que não deve pagar aos comerciantes os novos preços, agora estabelecidos, pensando que eles fazem especulação tendo enchido os armazéns de açúcar comprado ao preço antigo, para agora o vender aos novos preços. O Governo tomou medidas através da Administração Geral de Aduanas, no sentido de inventariar todo o açúcar em armazém, quer nos armazéns quer nos retalhistas, que estão a ser obrigados a pagar o excedente àquela administração.

No entanto, surgiram boatos de que o óleo e outros géneros iriam subir de preço. Sobre isto, e à terminá-lo, dr. Miranda Ferreira afirmou: Correm alguns boatos alarmistas que, concerta, não surgem por acaso. Certamente que por detrás disso tudo está uma certa actividade política, que procura perturbar o processo democrático em curso. Dizem também, por exemplo, que a gasolina vai aumentar. Isso não é verdade a própria Secretaria de Estado da Indústria e Energia já o desmentiu.

Quero ainda lembrar que apesar dos aumentos registados, estamos convencidos que o aumento de salários verificado após o 25 de Abril ainda não foi absorvido. Não se diga o contrário os consumos dos trabalhadores aumentaram o seu nível de vida melhorou. Não é caso para dizer que as classes trabalhadoras estão pior que antes do 25 de Abril, muito antes pelo contrário

8 de Março: SÍMBOLO DA LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS

O dia 8 de Março de 1975, as operárias da indústria têxtil de Nova York (Estados Unidos da América) iniciaram uma greve contra o horário de 16 horas de trabalho diário a que estavam sujeitas. Embora reprimida com a maior violência, esta luta foi coroada de êxito. Nasceu, assim, o Dia Internacional da Mulher, que se comemorou pela primeira vez em 1910. Pelas suas origens, o dia 8 de Março simboliza a luta das mulheres trabalhadoras, luta contra a exploração da sociedade capitalista, luta contra a dupla exploração a que estão sujeitas pelo facto de serem mulheres.

Em Portugal desde há mu-

to se comemora o dia 8 de Março. Contudo a ditadura fascista impediu as mulheres portuguesas de comemorarem esse data à plena luz do dia. Este é o pois o primeiro ano em que as comemorações saem da clandestinidade para se fazerem à vista de todos, sem receio da repressão policial. Nem por isso o espírito de combate está ausente das celebrações deste ano. Sendo 1975 o Ano Internacional da Mulher, a data de 8 de Março só por isso adquire maior relevo em todo o mundo. No nosso país, onde todos estamos construindo uma nova democracia, quis-se dar «o carácter duma cooperação unitária que permi-

tisse a mais larga mobilização das mulheres do Povo Português, atraindo assim a atenção de amplos sectores da opinião pública para o significado desta histórica data e para os problemas da mulher», conforme se diz no comunicado do P.D.M., movimento que teve entre nós a iniciativa das comemorações.

A Interindustrial faz parte da Comissão Promotora, que inclui ainda: o P.D.M., a Direcção-Geral dos Desportos, a F.N.A.T., o Conselho Português para a Paz e Cooperação, Pro-UNE.P., o M.L.T. e a Associação de Amizade Portugal-Guiné-Bissau.

As comemorações em Lisboa culminam com um desfile popular, a realizar amanhã, pelas 15 horas e 30, seguido de um jantar das mulheres do Teatro da Trindade, a Companhia da Casa da Comédia apresentará uma peça de Bertold Brecht «As Espingardas de Mas Carra». O espectáculo é consagrado ao primeiro 8 de Março comemorado em liberdade no nosso país.

Hoje decorre uma homenagem que assinala o 12º aniversário do falecimento da dr.ª Maria Isabel Abiol Inglês — trata-se da primeira homenagem pública que é possível fazer a essa mulher que se dignificou na luta antifascista.

MULTIPLICAR AS COMISSÕES DAS MULHERES NESTE DIA DE LUTA

«Nós na nossa empresa vamos reunir as trabalhadoras, motiváveis para a discussão dos seus problemas concretos. Temos a ideia de que o 8 de Março será um bom ponto de partida para a organização das mulheres trabalhadoras em amplos comités operários de uma empresa de Sacavém, que, com outras camaradas, prepara

o 8 de Março, há muito tempo na sua fábrica»

As mulheres trabalhadoras de Alpiçra desencadearam em 1973 uma greve operária para comemorar o 8 de Março. As camponesas do Alentejo, as operárias do Barreiro, as trabalhadoras da Automática Eléctrica, as operárias conservadoras de Oitão desenvolveram no decorrer da noite fascista duras lutas para concretizar melhores condições de vida para a mulher trabalhadora.

As greves das mulheres trabalhadoras pelo direito ao p.º,

pelo salário igual, pelo direito às creches para os seus filhos, pelo direito ao trabalho e contra o desemprego foram os marcos da história da luta antifascista da mulher em Portugal. As trabalhadoras portuguesas orgulham-se dessas mulheres da vanguarda operária que nas greves das empresas, nas casas clandestinas, nas massmoras da Pide, responderam aos monopólios e aos laços do fascismo com o seu exemplo dos quais nascem os futuros 8 de Março.

«No Bairro das Furnas, fizemos um inquérito às trabalhadoras pelo direito ao p.º,

condições de vida da mulher. Os resultados desse inquérito, servir-nos-ão para abrir a discussão sobre as dificuldades da maioria das mulheres do bairro — afirmou-nos uma das jovens estudantes que em colaboração com as mulheres operárias formam uma comissão de iniciativa pelo 8 de Março na freguesia de S. Domingos de Benfica.

«Esse trabalho interessou mulheres operárias da fábrica Viúva Lamego que aproveitou da nossa experiência realiza uma reunião simultânea com a do Bairro das Furnas na sua empresa com o apoio das trabalhadoras da Intercom — afirmou-nos ainda esta nossa amiga.

As experiências descritas mostram até que ponto a imigração da mulher trabalhadora, aprofundando as condições concretas na empresa ou no bairro onde habita podem criar condições para a formação de comissões amplias de mulheres.

As mulheres operárias que exigem creches nos locais de trabalho devem organizar-se com esse objectivo, denunciando os lucros dos monopólios, a ausência de condições sociais de mulher trabalhadora, a falta no mínimo de infra-estruturas de apoio.

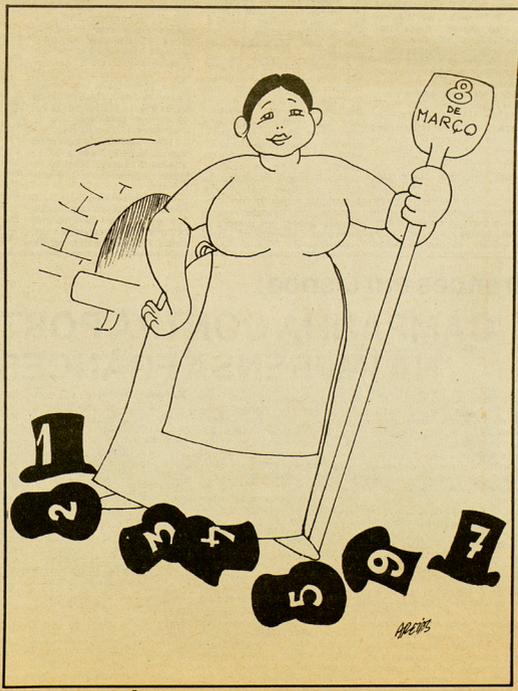
As camponesas unidas com os seus camaradas de trabalho que exigem trabalho igual nos campos devem constituir o 8 de Março comissões de operárias agrícolas que tragam aos ranchos, aos laços, às aldeias o ânimo por um combate duro contra os latifundiários. As operárias conservadoras que exigem o direito ao pleno emprego, a possuírem salário mínimo, assistência médica para seus filhos e no parto, podem a partir de 8 de Março desenvolver uma recolha de informação com vista a apresentarem as suas posições no Congresso Nacional das Mulheres Portuguesas.

Diz-nos uma delegada sindical interessada na multiplicação das comissões de trabalhadoras e uma participante da comissão de mulher trabalhadora no Congresso Nacional das Mulheres Portuguesas: «Recorber a experiência de todas as comissões já existentes, combater a reacção que ainda domina o espírito de muitas mulheres, dar exemplos concretos de organização, mobilizar as mulheres — é o sentido que a mulher trabalhadora portuguesa deu ao 8 de Março de 1975.

O CAPITAL

etc. Os monos-
portanto, im-
contendo desta
de lucro, que
que dizer, a ex-
exploração dos
isto além da
sustentur para os
agrupamento desta em
concorrência na
je as pequenas
os preços as
ais.
de concorrência
os preços as
sociais, quer-
das de guer-
vez mais ne-
próprio funcio-
economias ca-
contra a in-
portanto, que
substituição das
que assenta
isto é, pela
ção por um sis-
económico que
placado na explo-
trabalhadores,
rodução orien-
para antes
no nas necessi-
árias as expli-
ações de
das pelos
economistas
burgueses
para expli-
caram a su-
dos preços.

Talvez a mais corrente seja a que aparece formulada sob a designação de inflação pelos custos. Esta teoria apresenta-se da forma seguinte: o aumento do poder reivindicativo da classe trabalhadora, devida ao agrupamento desta em órgãos de classe de classe com os sindicatos, constitui para a classe capitalista um aumento de encargos, uma vez que os trabalhadores impõem aumentos salariais «excessivos», o que leva à alta de preços. Estabelece-se, como se vê, uma relação entre aumentos de salários e aumentos de preços, aumentos para fazer face a aqueles. Tal relação não tem que existir. Um aumento de salários não tem que conduzir a uma alta de preços pela simples razão de que tal acarretará apenas uma redistribuição do produto social a favor dos trabalhadores. Por outras palavras, o aumento de salários sem subida de preços significa que a parte do produto social (que, não se deve esquecer, é criado pelos trabalhadores) apropriada pelos capitalistas baixa, enquanto aumenta a parte do «bolo» que se destina às trabalhadoras. A transmissão dos aumentos salariais para preços outra coisa não é que a defesa dos lucros dos exploradores.



Director-geral dos Desportos à "Alavanca":

"SÓ AS MASSAS TRABALHADORAS PODEM TRAZER O DESPORTO DO BECO EM QUE SE ENCONTRA"

Sem a presença da Intersindical, sem a presença das massas trabalhadoras não creio que se possa fazer sair o desporto português do beco em que neste momento se encontra — afirmou director-geral dos Desportos em entrevista dada ao «Alavanca» a propósito da sua recente viagem a Cuba. Para o professor Melo de Carvalho, é aos trabalhadores que compete definir uma política desportiva, nomeadamente «reivindicando a criação de condições concretas para a existência da prática desportiva nos próprios locais de trabalho».

Claro que, para os trabalhadores portugueses no momento que vivemos há outros problemas mais prioritários, mas o desporto, como uma das formas de cultura é um dos sectores que exigem profunda reestruturação retirando-lhe o carácter alieatório de que foi revestido por 48 anos de fascismo e pondo-o ao serviço efectivo das massas trabalhadoras. Foi aliás o que se passou em Cuba após a revolução e por isso esta viagem do professor Melo de Carvalho e da equipa que actualmente está à frente da Direcção-Geral dos Desportos

Sobre a viagem diz-nos Melo de Carvalho: «Pareceu-nos que havia muito interesse, na fase actual do desporto português, conhecer uma experiência que, de certa maneira, pensávamos ter possibilidades de aplicação no nosso país, dado que conhecíamos em traços gerais a revolução cubana e sabemos que por volta de 1968 a realidade social em Cuba era muito semelhante à nossa. Este era o objectivo genérico que seia conhecer em cada um dos sectores fundamentais em que o campo desportivo se devia desenvolver quais as soluções concretas que, no sentido evolutivo, tinham sido utilizadas durante os dezasseis anos de revolução.

Estes objectivos foram efectivamente alcançados embora tenhamos verificado que Cuba partiu de uma base muito mais sólida e problemática do que a possibilidade de resolução do que aquela que existe actualmente em Portugal, sobretudo no que diz respeito à situação económica que, evidentemente, lhe criou problemas de toda a ordem, mais graves do que os que temos neste momento.

Quanto às soluções utilizadas, é evidente que não poderão ser aplicadas directamente em Portugal dado que a situação política portuguesa está muito distante da que existe actualmente em Cuba e, por outro lado a evolução desportiva portuguesa depende fundamentalmente da evolução política global e, sobretudo, da possibilidade de conquistas democráticas das massas trabalhadoras e populares.

Gostaria, entretanto, de referir o espantoso acolhimento que tivemos em Cuba. Quer da parte das autoridades oficiais quer de todos aqueles com quem contactámos encontramos uma simpatia e um interesse sobre a situação portuguesa e sobre nós próprios que nos desvaneceram. De tal forma decorreram os trabalhos que foi possível estabelecer um protocolo de colaboração mútua em que o nosso problema mais grave é definirmos o que poderemos oferecer a Cuba em contrapartida do que poderá ser uma ajuda fundamental da sua parte.

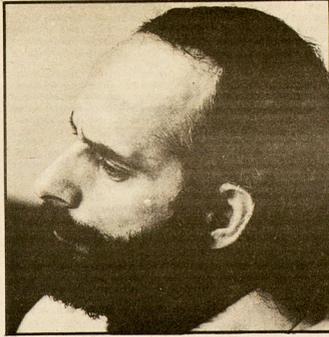
Finalmente, gostaria de vincar que esta visita constituiu uma experiência espontânea do ponto de vista técnico e pessoal especialmente para aqueles que, politicamente se encontram mais próximos do desejo de viver e de conhecer a experiência cubana.

A sensação com que ficámos

que aliás veio condicionar directamente a própria evolução da prática desportiva como também as condições económicas que são exigidas pela massificação desportiva não existem. Costumo dizer que do ponto de vista económico precisamos de uma verba de pelo menos dez milhões de contos para poderemos pensar na efectiva massificação. Claro que só por brincadeira, inconsciência provocada, porque se pode impor isto ao País. Portanto há que colocar o desporto no seu devido lugar e era fundamental mesmo que os que estão ligados ao movimento desportivo se apercebessem de que o problema não pode ser considerado um problema prioritário, o que não significa que da parte da Direcção-Geral dos Desportos não haja uma intenção de alargar a prática desportiva às mais amplas camadas da população mas antes disso julgo que é importante esclarecer, que não nos interessa a prática desportiva por si só ou em si só, interessa-nos uma prática desportiva que obedea a objectivos muito claros.

O DESPORTO AO SERVIÇO DO HOMEM

Numa primeira fase, é fundamental reportar o desporto na sua verdadeira dimensão, dar-lhe um significado puramente educativo e cultural e, portanto, tentar radicalizar o desporto tudo aquilo a que costumamos chamar de doenças infantis do desporto: a «clubbete», a «campanhota», as rivalidades perfeitamente idiotas que caracterizam a vida desportiva portuguesa em que entre as «debaixas» nacionais e as competições internacionais em que o prestígio da Nação se «põe em jogo», a quanto se perde ao falarmos os feriados nacionais e as bandeiras a meia-haste. Tudo isto tem de ser irradiado do desporto português e esta deve ser a nossa primeira tarefa de modo a que o desporto que venha a ser



praticado esteja efectivamente ao serviço daqueles que o praticam e não a servir interesses que não têm nada que ver com o verdadeiro progresso, não só da democracia como da própria cultura portuguesa.

Esta é uma primeira tarefa que consideramos para o nosso trabalho e que neste momento só está a desenvolver por todo o País com vários milhares de encontros e com a publicação de muitos documentos feita à escala nacional, em que Lisboa, até por um curioso paradoxo, que aliás tem explicação, tem sido o local onde isso menos se tem verificado. Por outro lado também sabemos que para o próprio desenrolar desse processo, é indispensável a criação de condições para que as populações se dediquem a uma prática nova do desporto.

É evidente que a juventude tem um papel extremamente importante a desempenhar nesse campo mas não é menos verdade que as populações adultas no fundo são as que continuam a dominar a representatividade comunitária e, portanto, é a essas que tem

a comunidade deve ser atingida pelo processo. Pensando fundamentalmente nos jovens e nas crianças mas pensando que eles estão integrados numa comunidade e que toda essa comunidade se tem de projectar para responder às necessidades dessas crianças e desses jovens.

Temos, efectivamente, planos que aliás, estarão na sequência do encontro Nacional do Desporto que se está a realizar neste momento e que procuramos a máxima extensão da prática desportiva à população juvenil e infantil, mas temos que conjugar uma forma teórica de tratar o problema, uma forma de análise crítica com uma prática que queremos realizar cada vez mais extensamente em relação a todas as populações.

Ainda que os problemas económicos sejam extremamente escassos pensamos que é possível criar no nosso país um movimento completamente novo do ponto de vista desportivo. A nossa visita a Cuba confirmou-nos que o problema do desenvolvimento desportivo não depende fundamentalmente do problema económico, de facto é essencialmente da chamada consciência social dos cidadãos, da sua capacidade de assumir o problema de uma maneira que tenham por si próprios, de encontrarem as soluções, para os problemas que efectivamente são os seus. O problema económico não deve constituir um obstáculo fundamental, tanto que neste momento, aquilo que se pretende efectivamente criar não é um movimento desportivo massivo. Uma estrutura que permita, a partir de uma grande capacidade de iniciativa e de um espírito crítico muito aguçado e, simultaneamente de uma grande energia pessoal de todos aqueles que ao problema desportivo quiserem dar a sua colaboração, criar um grande movimento desportivo completamente novo que possa efectivamente evitar os erros das estruturas que temos orientado o desporto no nosso país.

É evidente que isto não significa que os sectores ditos do desporto federado e do desporto escolar deixem de ser ocupados. Bem pelo contrário, pensamos apoiar muito seriamente o desporto federado, desde que ele possa reconverter muitos dos seus processos e projectar os seus objectivos num sentido verdadeiramente novo que não sirva de interesses que no passado eram as dominantes.

Quanto ao desporto escolar, pois far-se-á um grande esforço particularmente no sentido de colocar a Direcção-Geral dos Desportos ao serviço das escolas, ao serviço dos professores e dos alunos, de possibilitar a mais ampla prática desportiva ao nível escolar. Assim, o problema económico é efectivamente obstáculo mais grave porque há problemas de uma outra natureza e aquilo que disse em relação à comunidade não pode ser transposto de uma forma automática para a própria escola.

NÃO AS INFRA-ESTRUTURAS DISPENSIÁVEIS

«As... Para pôr em prática



Não são os grandes pavilhões ginno-desportivos em que se empatarem alguns milhares de contos que podem servir neste momento o desporto em Portugal

No Sindicato dos Metalúrgicos

A REACÇÃO DEBATE A INICIAR

Nos últimos meses tem-se gerado um clima de mal-estar dentro do sindicato. Esta situação em vez de melhorar tem, pelo contrário, sofrido uma progressiva deterioração. A direcção tem conhecimento que os funcionários empenhados em despregar-lhe, fazem-no dentro e fora do sindicato, com atrevimento igual à impudência de quem têm beneficiado. Estas e outras afirmações podem ler-se num comunicado emitido pela direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do distrito de Lisboa, no passado dia 28. No sentido de sabermos o que se passava contactámos alguns membros da direcção daquele sindicato.

Frei Jerónimo Sousa quem começou por nos afirmar: «As sermos eleitos para a direcção pelos nossos camaradas, foram-nos legados uma série de funcionários do sindicato bastante suspeitos, embora sem provas, uma vez que não tivemos nenhum indício antes durante o regime fascista. Por outro lado, encontramos os serviços desportivos organizados. Entretanto, em Julho admitimos três estu-

dentos, como trabalhadores eventuais, para substituir o pessoal que estava a faltar. Isto é importante, estabelecido que passados dois ou três meses teriam que sair. Mas, findo este período, algumas dificuldades começaram a surgir. Viriato Soares explicou-nos: «Ao fim de três meses, dois ou três meses, dois dos estudantes saíram sem levar nada. Quando os outros dois pediu-nos para ficar mais uns tempos. Mantivemo-lo até fins de Dezembro. Como não revelou qualidades de trabalho, nem se integrou no espírito das relações de trabalho dentro de um sindicato, não o admitimos como efectivo».

Quando tudo parecia estar resolvido, os problemas surgiram de novo. Entretanto procurámos a Jerónimo Sousa: «Temos necessidade de admitir um secretário-geral com vista a reestruturar o sindicato. Foi então que, baseado no facto de não admitir o estudante, os funcionários, encabeçados por Frei Jerónimo Sousa, apresentaram-nos uma lista de candidatos composta por seis elementos, apresentaram um do-

documento em que se opunham à decisão de contratar o secretário-geral. Este foi o primeiro documento assinado pelo estudante. No mesmo documento faziam-se acusações provocativas à direcção declaravam que «estariam medidas» caso as suas imposições não fossem satisfeitas face à situação reunimos com os funcionários e exigimos que prosseguisse as acusações feitas. E claro, não provaram nada. Quanto à admissão do secretário-geral, declarámos que só tínhamos que responder pelo nosso acto perante a classe que representamos».

Uma vez admitido o secretário-geral tudo parecia, finalmente, resolvido. Mas novos problemas surgiram. Desta feita, foi Viriato Soares que nos esclareceu: «Realizou-se uma reunião-fantasma, a 21 de Fevereiro, de onde saiu um comunicado acusando novamente a direcção. No entanto, sabemos que não houve reunião alguma do que esse comunicado só publicado após ser dado a conhecer a direcção do sindicato. Só que isso não aconteceu, tendo sido publicado no «Ex-

presso». Chegando a esta altura, a direcção resolveu elaborar um documento, a publicar dentro de dias, em que dá a conhecer todos estes acontecimentos que têm sido vividos. Por outro lado nomeou uma comissão de inquérito sobre a situação. Já Jerónimo Sousa nos adiantou: «Um dos seus elementos da comissão de trabalhadores negociou a prestar declarações classificando o inquérito de «pideção» e afirmando que só responderia perante um advogado e os metalúrgicos. Apenas dois elementos responderam e um outro demitiu-se da comissão dizendo que andavam a «carnear as pessoas». Do inquérito resultou o suspensão de cinco elementos até que se chegue a uma conclusão. Naturalmente terá que ser a própria classe a decidir e, aliás, queremos que assim seja. Entretanto recebemos vários telefonemas ameaçadores de invariáveis gramas e abaixo-assinados de apoio ao nosso trabalho».

CORRE

OS QUADROS OS TÉCNICOS

Um leitor da «Avançada» comenta:

«O desenvolvimento técnico de um país pode medir-se pelo nível técnico dos seus trabalhadores. A revolução democrática em curso, que tem como missão primordial elevar o nível de vida dos trabalhadores, necessita não só de todos os técnicos do País mas ainda de muitos outros. Para este efeito, os trabalhadores terão de elevar as suas capacidades, técnicas e de direcção, para se aumentarem a produção material. Durante o regime fascista, alguns técnicos foram lançados pelo patronato contra os outros trabalhadores. Alguns destes técnicos eram e continuam a ser agentes do patronato e da reacção. Mas uma grande parte dos técnicos manteve-se ao lado dos trabalhadores e está disposta a integrar-se na reconstrução do País».

Sucedo, no entanto, que ultimamente se tem vindo a assistir a alguns casos

confrontação injustificada contra os quadros, muitas vezes com benefício do patronato. São lutas notórias, necessitam não só de todos os técnicos do País mas ainda de muitos outros. Para este efeito, os trabalhadores terão de elevar as suas capacidades, técnicas e de direcção, para se aumentarem a produção material. Durante o regime fascista, alguns técnicos foram lançados pelo patronato contra os outros trabalhadores. Alguns destes técnicos eram e continuam a ser agentes do patronato e da reacção. Mas uma grande parte dos técnicos manteve-se ao lado dos trabalhadores e está disposta a integrar-se na reconstrução do País».

«A experiência de outras revoluções revela que a criação ou reconstituição dos quadros técnicos é extremamente lenta e difícil, pelo que atitudes irresponsáveis podem ter consequências para a produção e ainda levá-los à emigração, favorecida por minúsculos do imperialismo internacional que tentam a luta foi certamente mal conduzida. A experiência de outras revoluções revela que a criação ou reconstituição dos quadros técnicos é extremamente lenta e difícil, pelo que atitudes irresponsáveis podem ter consequências para a produção e ainda levá-los à emigração, favorecida por minúsculos do imperialismo internacional que tentam a luta foi certamente mal conduzida».

DESE

UM CASO

QUALQUER

Continuação da pag. 9

uma política desportiva há necessidade de criar infra-estruturas que não existem em vastas áreas do País. Como encara esse problema?

M.C. Mesmo antes da nossa viagem a Cuba defendíamos uma tese que vimos confirmada. Na realidade não se trata de construir as infra-estruturas fosse o obstáculo básico para a prática desportiva e verificamos que em Portugal, por exemplo em relação ao velho problema dos pavilhões, o nosso país não existe um número muito superior ao actualmente existente em Cuba, onde pavilhões primitivos dois encontrei talvez uns quatro ou cinco e viajei muito pelo ilha. Encontrei alguns estádios de basquetebol, certo, com uma estrutura diferente da dos nossos mas todos eles com uma capacidade de assistência bastante inferior à dos nossos.

No entanto, e isso parece-me importante referir, em Cuba existem 800 pistas de atletismo (e Cuba tem pouco mais de um milhão de habitantes do que Portugal) e o nosso país existe 36... Claro que muitas dessas pistas não servem a uma pista de terra batida, o que na opinião dos nossos técnicos nunca seria uma opção. Mas o que importa é que se trata efectivamente de um local com cerca de 400 metros de perimeter onde se pode correr a pé ou lançar.

Ora a nossa tese é exactamente a de considerarmos que o problema do pavilhão não é efectivamente uma coisa que possa servir neste momento à evolução desportiva do nosso país e estou convencido que durante muitos anos assim continuará a acontecer. Portanto, temos no nosso país cerca de cento e vinte e cinco e trinta pavilhões em que foram empilhadas algumas centenas de milhares de contos, para não dizer alguns milhões de contos, neste momento têm uma subutilização ou nem sequer são utilizados. E, se não houver um impulso forte, não só para funcionar todos esses pavilhões, depararmos com problemas tremendamente graves sob o ponto de vista económico, dado que esses pavilhões nunca obedeceram a critérios lógicos de implantação ur-

banística e encontram-se fora das zonas populacionais mais intensas e normalmente longe das escolas, que seriam os sectores que logicamente poderiam garantir a tal optimização que se trata de significar que para pôr a funcionar todos os pavilhões que temos, e pressupondo que não haveria problemas com os seus equipamentos (dado que os pavilhões financiados pelo Estado normalmente pertencem a entidades extracurriculares) teríamos de mobilizar muitas dezenas de milhares de pessoas para os locais de trabalho docente e para o próprio transporte das crianças e dos jovens para esses locais. O mesmo poderia dizer para as piscinas existentes que nos levam tanto um problema ainda mais grave pois tratam-se de instalações de uma grande deficiente sanitária. Isto coloca-nos o problema de saber se efectivamente devemos dar prioridade à utilização desta estrutura ou se devemos utilizar as verbas que seriam canalizadas para a sua utilização criando novas estruturas junto das próprias populações.

Quanto à necessidade da criação de uma infra-estrutura material, pensamos que ela é necessária mas tem de partir fundamentalmente de estruturas extracurriculares. Trata-se de um ponto de vista técnico, não das sofisticadas do ponto de vista desportivo, que no fundo são as mesmas que se aplicam à prática e a recreação desportiva, zonas essas que têm de ser desenvolvidas nos locais de trabalho e dos locais de vida das pessoas porque a localização geográfica e social, que é sempre um obstáculo para a prática desportiva. Mas este problema tem de ser desenvolvido fundamentalmente das populações e da compreensão que as autarquias e as entidades oficiais locais tiveram em relação ao problema. É evidente que há aqui um outro problema muito grave a ser debatido que é o problema da política de solos. Enquanto não houver uma legislação adequada que defenda o solo da agricultura, o problema será extremamente complexo de resolver particularmente nas grandes cidades. Portanto, em relação às infra-estruturas materiais, penso que não tenho nada a acrescentar e aquilo que penso que traduz a opinião de equipas técnicas que trabalham actualmente no Direcção-Geral de

que é indispensável montar uma estrutura material, mas que essa infra-estrutura tem que ser completamente diferente daquelas que se tem agora. O primeiro ponto seria o dos equipamentos mínimos absolutamente indispensáveis, em que o espaço e o equipamento ir aparecendo depois, conforme as condições das populações e as possibilidades que as entidades oficiais tivessem para isso. Em relação a este problema muito haveria para dizer mas uma ideia que gostaria de ficar bem: O Povo Português foi habituado a esperar tudo das entidades oficiais; isto numa época em que o Governo não manava directamente do povo, era compreensível, mas também não seria o próprio Governo estava interessado em que o processo se desenvolvesse dessa forma. Agora, é absolutamente indispensável, que o Povo Português principalmente as massas trabalhadoras tomem consciência de que a resolução dos seus problemas efectivamente tem de ser procurada por si próprias e que o problema desportivo é um problema que é seu.

Qual o papel que os sindicatos podem e (deve) desempenhar neste processo de desenvolvimento da prática desportiva?

M.C. Penso que é absolutamente indispensável que exista um organismo centralizador que, traduzindo a unidade dos sectores do problema desportivo. Devo dizer que um organismo que se dedique só aos problemas da cultura e do desporto para os trabalhadores parece-me um pouco estranho.

D. PAPEL DA INTERSINDICAL

Penso que será a futura central sindical que tem de encarar o problema desportivo e o problema da cultura dos trabalhadores para os trabalhadores. Os problemas que os trabalhadores têm ou virão a ter. Mas não tenho dúvidas quando digo que os sindicatos têm um papel fundamental a desempenhar no desenvolvimento do problema desportivo e cultural. Os sindicatos têm e vão ter comprometimento durante este período com o trabalho a executar e em problemas muito mais

importantes do que estes, isto não quer dizer que os sindicatos não tenham uma vocação própria para este trabalho, dada por parte dos trabalhadores, em relação da luta pelas condições da prática desportiva, correctamente. Penso mesmo que, sem uma intervenção efectiva dos sindicatos na vida desportiva dos trabalhadores, a intervenção que não seja segregacionista como a do ate agora, não se pode esperar que ocorram como um sector da população a parte. Enquanto isso não acontece, não podemos esperar nenhum avanço no sector desportivo. Penso que a intervenção não pode ser feita através do processo de desenvolvimento desportivo no sentido correcto é absolutamente indispensável e sem essa intervenção a correcção do problema desportivo em Portugal nunca se poderá conseguir por parte do Estado e da cultura.

«Uma última pergunta: porque não se defende a intervenção das bases de uma política desportiva das massas trabalhadoras?»

M.C. O problema é bastante complexo e penso que são os próprios trabalhadores que deverão definir essa política. Poderia dar evidentemente, a minha opinião: Há um trabalho de reivindicação a ser feito imediatamente pelos trabalhadores: a criação de condições concretas para a prática desportiva dentro das localidades. Quanto a mim, este é o problema fundamental que se tem de resolver imediatamente. A criação das infra-estruturas necessárias para a prática desportiva dos trabalhadores deve estar centrada fundamentalmente na empresa. Para isso, é absolutamente indispensável elaborar uma legislação adequada na qual se preveja que as reivindicações no campo desportivo sejam consideradas como benefícios de natureza social. Seria um primeiro ponto que os sindicatos de trabalhadores têm de considerar fundamental. Um segundo ponto, que também me parece extremamente importante: a criação de estruturas extracurriculares para a prática do desporto. A isso que há um aspecto de bastante importância: a formação dos quadros dos trabalhadores no campo desportivo. Penso que, enquanto não houver uma intervenção indispensável na formação dos olhos a formação dos próprios trabalhadores como orientadores, tanto no dirigis-

mo como na técnica desportiva. O sector mais jovem deverá ser o mais directamente visado. E o sector mais velho, visando-lhe por esse direito, restando por exemplo férias esportivas, onde os trabalhadores, aliás, se refere ao aspecto desportivo é porque desse é que estamos tratando. Penso que os trabalhadores deviam ter esse direito para a sua formação cultural e técnica. Os trabalhadores deviam ter alguns dias por ano exclusivamente desportivos, deviam ter no campo desportivo, para poderem eles próprios orientar a sua prática desportiva e os seus filhos. O movimento desportivo dos trabalhadores deve ser suficiente para termos de pôr de parte uma visão muito tecnocrática da prática desportiva que só pode ser realizada a partir de técnicas altamente especializadas.

É evidente que se houver bons técnicos, mas dadas as condições concretas que o país vive neste momento e que com certeza se vão prolongar por muito tempo temos que desmistificar completamente o problema da técnica e do técnico desportivo.

A terminar, o professor Melo de Carvalho acrescentou: «Penso que a nossa entrevista para a «Avançada», um jornal de trabalhadores afirmando que o problema fundamental dos Desportos, penso que o desporto para os trabalhadores é aos trabalhadores que se tem de desenvolver, que tem de dar provas de iniciativa para fazer avançar o processo de desenvolvimento desportivo dentro do seu sector e, para além disso, tem uma contribuição fundamental a dar em relação a todo o processo de desenvolvimento desportivo nacional».

«O que diríamos me directamente à Intersindical, acrescento que é absolutamente indispensável que se desenvolva todo o processo que pretende desenvolver e cujas linhas de acção foram estabelecidas nesta entrevista. Incoadavelmente convide para que a Intersindical se preocupe prioritariamente com a formação dos quadros dos trabalhadores a sua presença, sem a presença das massas trabalhadoras, não pode haver um desporto português do bojo em que se encontra neste momento».

UM CASO

QUALQUER

UM CASO



A FNAT EM REESTRUTURAÇÃO

A CULTURA É UMA ARMA PARA MODIFICAR A VIDA

O Teatro da Trindade vai ser transformado num centro cultural polivalente dirigido às classes trabalhadoras. Trata-se de uma ESPERANÇA-PILOTOAQUEA FNAT vai proceder, com vista à generalização destes centros a todo o País. Desta iniciativa, é de uma maneira geral, do plano de acção daquele organismo deparam-nos conta Rogério Paulo e Fernando Chambel, pela Comissão Administrativa, Benjamin Marques, Vítor Carvalho, Rui Tomás dos Santos e Mendes Gaspar, pela Comissão de Reestruturação.

«O Teatro da Trindade é o centro de animação cultural de Lisboa dos trabalhadores portugueses — disse-nos Rogério Paulo. Está na fase de estudo, para realização a curto prazo, a transformação do Teatro da Trindade em sala polivalente, com integração de uma cabina de projecção cinematográfica. Claro que tudo isto se fará com o maior respeito pela integridade arquitectónica do edifício: o Teatro da Trindade é um monumento nacional que, depois do «25 de Abril», foi entregue nas mãos dos trabalhadores portugueses, e como tal tem de ser conservado. Há que defender o património cultural do passado, como de resto é princípio seguido nos países em que a democratização da cultura é uma realidade, por exemplo, a R.D.A., a U.R.S.S. ou Cuba. Os trabalhadores têm direito ao melhor; têm direito a que seja seu aquilo que era só da burguesia.»

UMA EXPERIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA

Mas a concepção a que irão obedecer os centros de animação cultural da FNAT é inteiramente revolucionária. «A experiência que vamos pôr em prática no Trindade — explicou-nos Benjamin Marques — é a da criação de um organismo que, para além da programação cultural, prevê também os meios materiais de facilitar o acesso a essa programação por parte dos trabalhadores.»

Na verdade, pensemos no caso de um trabalhador residente em Moscovo, com mulher e filhos. Mesmo que tenha interesse em frequentar os espectáculos do Trindade, como poderá fazê-lo, de uma forma que não constitua pesado sacrifício para a família, para a família? Tal é o problema que a FNAT busca resolver. Diz-nos Benjamin Marques: «Estamos a pensar num sistema capaz de proporcionar ao trabalhador, além do espectáculo em si, a solução dos problemas inerentes: transportes, refeição para o trabalhador e para a família, proporcionando a ida a casa e não envolvendo despesa superior à de uma refeição caseira, apoio aos filhos, que não podem ir ao espectáculo nem ficar sózinhos. Assim, prevê-se o funcionamento nocturno do refeitório

da FNAT na Rua Vitor Gordon, o qual fornecerá a um preço especial, mas acessível, incluindo no bilhete, refeições a todos os trabalhadores e respectivas famílias que fossem assistir aos espectáculos do Trindade. Nos casos em que os trabalhadores não pudessem deixar os filhos em casa, haveria, simultaneamente com o espectáculo do Trindade, e também nas instalações da Rua Vitor Gordon, sessões de animação cultural dedicadas às crianças (compreendendo leitura, pintura, representação de marionetes, etc., na base de temática infantil, mas tanto quanto possível relacionada com o espectáculo visto pelos pais. Terminadas as actividades culturais, autocarros da FNAT distribuiriamos trabalhadores e seus familiares pelas diferentes zonas de cidade e arredores, em serviço combinado com os transportes públicos. Todos estes serviços complementares estariam incluídos no preço dos bilhetes de ingresso no Trindade.»

DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL

Se, por um lado, a FNAT prevê a extensão destes Centros Culturais às diferentes regiões do País, levando em consideração as condições objectivas do trabalhador, e organizando, como em Lisboa, um serviço destinado a resolvê-las, por outro lado está empenhada também em levar a cultura ao próprio local em que se encontra o trabalhador.

«Em cada delegação distral da FNAT — continuou um dos nossos entrevistados — haverá pelo menos um animador polivalente, com conhecimentos gerais no cinema, teatro, nas artes plásticas, etc. Este animador funcionaria directamente em colaboração com as colectividades existentes na região, dando apoio técnico e incentivando essas meios de criação. Com vista a estimular a criatividade dos trabalhadores nas suas organizações (grupos de teatro, etc.), realizar-se-iam seminários de formação técnica de animadores vindos das bases, aproveitando para isso os centros de



férias da FNAT.»

Benjamin Marques precisou este aspecto: «O que importa que os mineiros possam constituir, por exemplo, um grupo de teatro amador, e, mais do que isso, elaborar para si uma peça que fale dos seus próprios problemas. O papel da FNAT é fomentar este género de actividades. Fomentá-las e fazê-las circular: a peça dos mineiros de Moncorvo pode e deve ser vista pelos camponeses de Evora, e vice-versa.»

«O nosso papel — acrescentou outro dos elementos da Comissão — é promover e intensificar o intercâmbio de conhecimentos sobre a vida, através da cultura. Para nós, a cultura é uma arma para modificar a vida. Todos as formas de conhecimentos aperfeiçoam o homem para este poder transformar a sua vida. — É deste conceito que parte a reestruturação da FNAT, organismo que pertence aos trabalhadores e tem de ser por eles gerido.»

POR UM TEATRO CONTINENTAL DOS MONOPÓLIOS E CONTRA O MONOPÓLIO DOS TEATROS

A propósito do teatro, aliás, Rogério Paulo interveio para

nos informar acerca da linha seguida pela FNAT, na organização dos seus espectáculos, quer no Trindade, quer itinerantes. «O teatro da Trindade, disse, está aberto a profissionais e amadores, desde que os espectáculos visem realmente despertar o gosto pelo teatro. Mas importa sublinhar que o teatro da Trindade e o programa itinerante da FNAT só estarão aberto àquelas companhias profissionais que sejam independentes e, portanto, representativas de associações de trabalhadores teatrais, momentaneamente as que não têm salas próprias. Dizemos não, às empresas que estão nas mãos do monopólio que domina as outras salas de espectáculos. E preciso que fique bem claro, que não estabelecemos qualquer polémica relativamente a orientação das companhias que funcionam debaixo desse monopólio. Simplesmente, enquanto aqui estivermos, na direcção da FNAT, como representantes da Interindustrial, logo, dos trabalhadores, somos contra todos os monopólios (invisíveis, o teatral)».

CINEMA FIXO E CINEMA MÓVEL

Outro sector de actividade sobre o qual nos foram dados esclarecimentos foi o do cinema, que está a cargo de Rui

Tomás dos Santos. «Estamos a trabalhar em duas direcções: um programa de cinema móvel e num programa de cinema fixo — afirmou-nos aquele elemento de Comissão da Reestruturação. O cinema móvel pressupõe a existência de carrinhas devidamente equipadas, que percorrerão o País, a partir de uma divisão em cinco zonas, abrangendo continente e ilhas (atendendo ao critério da facilidade de comunicações). O projecto destas filmes seria o próprio animador cultural. O objectivo deste programa é levar o cinema a locais de difícil acesso onde nem sequer existem salas de espectáculos. Durante o Verão, as sessões realizar-se-iam ao ar livre, na própria praça das aldeias ou das povoações visitadas (por pequenas que fossem)».

«Quanto ao cinema fixo — continuou Rui Tomás dos Santos — desenvolver-se-ia em três fases: na primeira equipar-se-iam as delegações distritais já com instalações próprias. Em cada uma destas delegações haveria um animador que teria a colaboração de militantes sindicalistas locais. Na 2.ª fase, equipar-se-iam as delegações que ainda não têm instalações próprias e na 3.ª fase criar-se-iam postos de projecção de filmes onde os sindicatos e organizações de

trabalhadores o solicitassem e onde a animação cultural o justificasse».

Como funcionarão estas sessões de cinema? Num a modalidade absolutamente inédita entre nós, conforme nos esclareceu este elemento responsável pela reestruturação da FNAT: «As sessões têm de assumir um carácter massivo e sistemático, pois só assim poderão desempenhar uma função de esclarecimento e apelar para a participação dos trabalhadores no processo democrático. Haveria sempre uma apresentação do filme, seguida da sua projecção e de um colóquio. Mas não só: para cada sessão seriam convidados elementos de outros ramos culturais (ligados às artes plásticas, escritores, actores, etc.) que participariam no colóquio. Os problemas que os filmes sugerem seriam tratados por militantes sindicalistas. À margem de cada sessão de cinema, mas nela integrada, haveria toda uma actividade complementar, consistindo em vendas de livros, audições de música grava, e exposições que de uma maneira sistemática integrem o cinema na sociedade, mostrando as ligações e o significado do cinema comercial, nas mãos dos grandes «trusts» internacionais, etc.»

«Para o pleno êxito destas sessões de animação cultural tendo como ponto de partida o cinema — disse-nos ainda Tomás dos Santos — há que desenvolver a participação e a promoção activa dos sindicatos. São o interesse e o apoio destes sindicatos na formação de uma nova cultura que estimule os trabalhadores a uma cada vez maior intervenção no processo revolucionário em curso, sendo difícil pôr em prática este projecto.»

«Mas não apenas no campo do teatro e do cinema que a FNAT vai actuar. Também no campo da maior integração com as artes plásticas, do desporto, há projectos em curso. O turismo social tem igualmente uma nova formulação que torna intimamente ligado à animação cultural. Tudo isto está a ser objecto de um plano estrutural do por parte da comissão de reestruturação daquele organismo, plano esse que irá posteriormente à consideração do Conselho de Ministros. Entretanto, «a avançada» informará do que se for projectando nos sectores que hoje ainda ficaram por abordar.»

COROS E DANÇAS DO CONCELHO CENTRAL DOS SINDICATOS SOVIÉTICOS

ORGANIZADO PELO CONCELHO CENTRAL DOS SINDICATOS SOVIÉTICOS



EVORA - 3/7/75 - TEATRO GARCIA DE RESENDE - 21H. UNIAO DOS SINDICATOS

COROS E DANÇAS DOS SINDICATOS SOVIÉTICOS

Inaugurando o primeiro voo Moscovo-Lisboa, chegará em a esta cidade o Coro e Danças do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, que numa organização da Interindustrial, com o apoio da F.N.A.T., vão exhibir-se em várias localidades do País expressamente para os trabalhadores e Povo Português.

Compõem este famoso agrupamento cultural-folclórico elementos das várias regiões de U.R.S.S. e de bilhetes para os espectáculos podem ser adquiridos ao preço único de 2080,00 nos sindicatos, nas uniões e na Interindustrial.

E o seguinte o programa das suas exhibições: Dia 7 — Evora, no Teatro Garcia de Resende, às 21,00 horas; Dia 8 — Santarém, no Pavilhão da Agricultura, às 21,00 horas;

Dia 9 — Santarém, no Pavilhão da Agricultura, às 16 horas;

Dia 10 — Covilhã, no Cine-Teatro, às 21,00 horas;

Dia 11 — Lamego, no Teatro Ribeiro da Cunha, às 21,00 horas;

Dia 12 — Guimarães, no Cine-Teatro Jordão, às 21,00 horas;

Dia 13 — Coimbra, no Teatro Gil Vicente, às 21,00 horas;

Dia 14 — Marinha Grande, no Sport Club Marinhense, às 21,00 horas;

Dia 15 — Lisboa, no Pavilhão dos Desportos e dedicado às Forças Armadas, às 16 horas. No mesmo Pavilhão, para a população de Lisboa, às 21,30;

Dia 17 — Beja, no Teatro Pax Júlia, às 21,00 horas;

Dia 18 — Barcelo, no Pavilhão Gimnodesportivo da CUF, às 21,00 horas;

SEMANÁRIO INTER-SINDICAL

Director interno

JOSE LUIS JUDAS

12 páginas

Publica-se a sexta-feira
Preço anuário - 3850
Anualidade - 1 ano, 16500
6 meses, 8250

Redacção e Administração:
Av. Duque de Loulé, 83, 3.º
Lisboa - Portugal
Telef. 59991/45712

Delegação no Porto
Telef. 280752/59
C.A. Santa Catarina, N.º 922 - 1.º

Distribuição para pontos de venda ao publico:
DIF. TRIBUNAL O. SECULUI.

Composição, impressão e grafia:
Reseneca Grafica
Lisboa